

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.686 - SP (2019/0121222-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : ROSA DE SOUZA CAVALCANTI
AGRAVANTE : SILVIA DE SOUZA CAVALCANTI
AGRAVANTE : SÔNIA DE SOUSA CAVALCANTI
AGRAVANTE : SILVIO JOSE DE SOUZA CAVALCANTI
ADVOGADO : MARIA LIMA MACIEL - SP071441
AGRAVADO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MARTA SANGIRARDI LIMA E OUTRO(S) - SP130057

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por ROSA DE SOUZA CAVALCANTI E OUTROS, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

“MANDADO DE SEGURANÇA. Pretende que a autoridade impetrada preste informações quanto ao requerimento administrativo protocolado pela impetrante em 2013. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. O provimento jurisdicional não mais terá utilidade, uma vez que o pedido dos impetrantes foi prejudicado, em razão da autoridade coatora ter apreciado o pedido administrativo, não podendo ser deferido com um mínimo de efetividade. Sentença mantida. Recurso não provido” (fl. 192e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 196/206e), rejeitados pelo acórdão de fls. 212/216e.

Em seguida, foram opostos novos Embargos Declaratórios (fls. 219/226e), igualmente rejeitados, por acórdão assim ementado:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Omissão, contradição ou obscuridade. Inocorrência. Caráter infringente emprestado à pretensão de manifesta irresignação com resultado do julgamento. Inadmissibilidade. Pronunciamento colegiado claro, abrangente e bem definido. Embargos rejeitados” (fl. 232e).

Sustentam as partes agravantes que:

“10. No juízo prévio, denegatório e PADRÃO, o E. Presidente da Seção, não constatou a deficiência da prestação jurisdicional entregue

pela Câmara, dissidente, violadora do antigo 535, I, II do CPC/1973, art. 1.022, I, II, §único, II do CPC/2015, porque equivocadamente interpretou que todas as questões foram apreciada(fl. 298)

11. E dessa acadêmica forma, o E. Presidente da Seção de Direito Público ignorou a persistida omissão da Câmara, que para ter interpretado a Informação apresentada em 23.4.2014 (Os. 85/92; fls. 93/138), como se fosse resposta administrativa à notificação protocolada a 13.6.2013 (fls. 52/55), e causa de perda de objeto, não valorou adequadamente questões de ordem pública, relevantes no resultado do julgamento, dentre elas:

(...)

12. O Tribunal local ratificou a ilegalidade administrativa, com a qual a ora agravada SPPREV, em afronta a Lei Paulista 10.177/1998 (fl. 284), que no seu art. 33, fixa em 120 dias, o prazo máximo "para decisão de requerimentos de qualquer espécie", pela Administração, fixado na Lei Paulista 10.177/1998 (fl. 284), por dez meses, engavetou a notificação recebida a 13.6.2013, porque, como afirmou, não reconheceu eficácia ao v. acórdão 2013.0000246536:

(...)

16. Para obstar o processamento do Especial (fls. 237/274), o E. Presidente da Seção de Direito Público, também invocou a Súmula 7/STJ, desconhecendo a orientação jurisprudencial da C. Corte uniformizadora, que admite a reavaliação jurídica dos fatos delineados no acórdão recorrido, a teor dos arestos:

(...)

18. Portanto, da leitura do v. acórdão recorrido, de plano é possível constatar, na ausência de fundamentação motivadamente vinculada, violadora dos artigos 11 e 489, § 1º, II, III, IV, VI do CPC, também o manifesto confronto pelo Tribunal local para com o entendimento jurisprudencial da C. Corte uniformizadora, como se torna a demonstrar.

19. Negativa de vigência ao artigo 376 do CPC/2015 (antigo 337), pelo Tribunal local. Ao equivocadamente interpretar que a notificação de 13.6.2013 (fls. 52/55) foi respondida na Informação prestada a 23.4.2014 (fls. 85/92; 93/138), sem valorar que transcorridos trezentos dias entre uma e outra, o Tribunal local deixou de aplicar ao caso concreto, a Lei Paulista 10.177/1998, que em seu art. 33 (11.284) estipula 120 dias, como prazo máximo, 'para decisão de requerimentos de qualquer espécie' pela Administração.

20. Assim, o Tribunal local maltratou o princípio de que o Juiz conhece o direito, e não pode desconhecer a legislação do local onde exerce a

jurisdição (que é aplicável de ofício), e em confronto à orientação jurisprudencial da C. Corte:

(...)

32. Para negar o processamento pela 'alínea c', o E. Presidente da Seção de Direito Público, deixou de aplicar ao caso presente, o entendimento jurisprudencial da C. Corte que entende abrandados os requisitos, quando a divergência é notória e o paradigma provier, como no caso presente, do C. STJ:

(...)

37. Apesar da notoriedade, os recorrentes, ora agravantes, detalhadamente apresentaram a causa, e sua similitude fática com a causa julgada no paradigma, e sua fonte, assim como confrontaram as soluções distintas adotadas para cada qual (fls. 269/271)” (fls. 304/310e).

Requerem, ao final, o provimento do Agravo.

Contraminuta a fls. 335/337e.

Do exame dos autos, verifica-se que os fundamentos da decisão agravada, para inadmitir o Recurso Especial, são os seguintes: a) inexistência de violação ao art. 535 do CPC/73 (art. 1.022 do CPC/2015); b) “o recorrente o reexame dos elementos fáticos que serviram de base à decisão recorrida, o que importaria em nova incursão no campo fático, bem como, na reanálise de direito local, objetivos divorciados do âmbito do recurso especial de acordo com as Súmulas 7 da Corte Superior e 280, do Col. Supremo Tribunal Federal, adotada pela Corte Superior” (fl. 288e).

Os recorrentes, no entanto, no Agravo, não cuidaram de impugnar especificadamente a decisão quanto à incidência da Súmula 280/STF, sob o fundamento da necessidade de reanálise de direito local.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido.

Tal entendimento, inclusive, está consolidado na Súmula 182/STJ, segundo a qual o recorrente deve infirmar, especificamente, os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o Agravo que não se insurge contra todos eles.

Em face do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015 e art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, **não conheço** do Agravo.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ (“Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais

recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora